

AO JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DO xxxxxxxx.

Autos nº. xxxxxxxx

A DEFENSORIA PÚBLICA DO xxxxxxxx, no exercício da CURADORIA ESPECIAL (artigo 72, inciso II do CPC c/c artigo 4º, inciso XVI da Lei Complementar 80/94), atuando na defesa dos interesses de **fulana de tal**, devidamente qualificado nos autos epigrafados, em curso nesse Juízo, vem nos termos do artigo 335 do CPC, elidindo a possível revelia da parte ré, fazendo valer os princípios do contraditório e da ampla defesa previstos no artigo 5º, inciso LV da CF/88, apresentar

EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE

Em face da presente Execução movida pelo **CNPJ X**, pelos fatos e termos delineados.

I - DO CABIMENTO DA PRESENTE EXCEÇÃO

A Exceção de Pré-Executividade, pode ser arguida à qualquer tempo, por simples petição consubstanciada **em prova documental inequívoca e/ou em nulidades que possam ser vislumbradas a qualquer tempo**, de forma a comprovar evidente inviabilidade da Execução, sob a perspectiva da ordem pública e falta do preenchimento dos requisitos legais.

A presente exceção de pré executividade visa justamente impedir o cerceamento à livre disponibilidade do patrimônio da Excipiente, quando, **de forma flagrante e evidente**, conforme demonstra a documentação anexa, a presente execução não subsiste, o que vai ao encontro do entendimento do Egrégio TJDFT[\[1\]](#) .

O Excepto propôs, na origem, Ação de Execução, na qual pretende a condenação da parte ré ao pagamento de cheques.

No caso em tela, a Exceção de Pré-Executividade se mostra perfeitamente cabível, uma vez que há nulidades no processo, conforme os pontos a serem tratados de forma pormenorizada.

I. DA EXECUÇÃO

A. DA NULIDADE DA CITAÇÃO POR EDITAL

Preliminarmente faz-se mister levantar questão de ordem pública, a saber, a nulidade da citação por edital.

É consabido que a citação por edital é medida excepcional, a qual somente deve ser promovida quando comprovado o esgotamento dos meios hábeis para a localização da parte ré, sob pena de ser reconhecida a nulidade do ato, haja vista caracterizar cerceamento de defesa.

Nesse sentido, confira-se o que dispõe literalmente o § 3º do artigo 256 do CPC, *in litteris*:

*“§ 3º O réu será considerado em local ignorado ou incerto se infrutíferas as tentativas de sua localização, **inclusive mediante requisição pelo juízo de informações sobre seu endereço nos cadastros de órgãos públicos ou de concessionárias de serviços públicos.**”* (em destaque).

Compulsando os autos, verifica-se que pese tenha sido realizada pesquisas via sistemas RENAJUD, INFOSEG e BACENJUD (xxx, xx, xx e xxxxx), verifica-se que o a resposta do Aviso de Recebimento no endereço: xxxxxxxxxxxxxxxx(ID xxxx) foi “ausente por 3 vezes”.

Nesse sentido, considerando que restou frustrada a citação pelo correio, é necessário que o endereço retro seja diligenciado por Oficial de Justiça, conforme determina o artigo 249 do CPC. Ademais, por se tratar de endereço situado em outra comarca é necessária a expedição de carta precatória para cumprimento da diligência, nos termos do artigo 260 do CPC.

Assim, a citação por edital realizou-se sem a exaustão das prévias e necessárias diligências de busca dos endereços informados acima, de modo que a declaração de nulidade da citação por edital é a medida que se impõe.

Outro não é o entendimento do e. TJDF, em recente acórdão que restou assim ementado:

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL. EXCEÇÃO DE PRÉ EXECUTIVIDADE. CITAÇÃO POR EDITAL. NULIDADE. PRESCRIÇÃO. **I - A citação por edital é medida excepcional, de modo que NÃO PODE SER DEFERIDA ENQUANTO CONSTAR DOS AUTOS ENDEREÇO AINDA NÃO**

DILIGENCIADO, pois, neste caso, não foram esgotados os meios disponíveis para a localização do executado. II - Declarada nula a citação por edital tem-se por não interrompida a prescrição. III - Não obstante, observa-se nos autos que a citação por edital foi requerida após transcorridos mais de cinco anos da data da constituição definitiva dos créditos tributários, situação que impõe o pronunciamento da prescrição. IV - Não se aplica a Súmula 106 do STJ quando a demora ou ausência de citação não decorreu por motivos inerentes ao mecanismo da Justiça. V - Deu-se provimento ao recurso. (Acórdão n.1029645, 07030702220178070000, Relator: JOSÉ DIVINO 6ª Turma Cível, Data de Julgamento: 05/07/2017, Publicado no DJE: 14/07/2017. Pág.: Sem Página Cadastrada.) G. N.

Em sendo assim, não há o que se falar em exaurimento de todos os meios possíveis no sentido de buscar o paradeiro da parte ré, o que torna injustificável a citação ficta ocorrida.

Por conseguinte, mister que se anule a citação editalícia e todos os atos que a sucederam para que seja promovida outras medidas no sentido de localizar o paradeiro da parte ré

II. DOS PEDIDOS

Assim, consubstanciado nos direitos aqui alegados, requer o seu acolhimento nos seguintes termos:

- a) Os benefícios da justiça gratuita, na forma do art. 98 do CPC;
- b) Seja acolhida a preliminar de nulidade da citação por edital.
- c) O recebimento da presente Exceção de Pré-Executividade, haja vista que preenche todos os requisitos para sua admissibilidade;
- d) sejam julgados improcedentes os pedidos da inicial;
- e) seja condenado o Excepto em custas e honorários advocatícios.

Pede o deferimento.

Fulano de tal
DEFENSOR PÚBLICO

Fulana de tal
ASSESSORA/ xxxxxx

